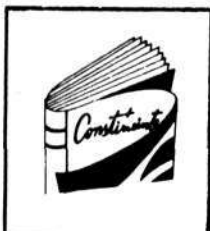


# Mandato com decisão equilibrada

A duração do mandato do presidente Sarney será votada hoje pela Comissão de Sistematização da Constituinte, dividida, com grande equilíbrio, entre os que defendem um período de quatro anos e os partidários dos cinco anos. O grupo que reclama um mandato menor para Sarney anunciava ontem cinco novas adesões — a do pefelista Francisco Domelles e as dos peemedebistas Francisco Pinto, Virgildásio Sena, Márcio Lima, Nelson Carneiro e Maurício Ferreira Lima.



O otimismo dos defensores dos quatro anos só não era maior devido à insegurança quanto aos votos do PFL. O senador Afonso Camargo, um dos articuladores do movimento pró-diretas-88 afirmou que no início da semana chegou a contar com o apoio de até 11 pefelistas, mas ontem só estava seguro de cinco votos nesse partido.

Em contrapartida, há também insegurança entre os partidários dos cinco anos. O deputado peemedebista Daso Coimbra, um dos coordenadores do "Centrão" — corrente de centro-direita que se proclama majoritária na Constituinte — dizia, no início da noite, que o grupo favorável aos cinco anos totalizava 48 dos 93 integrantes da Comissão, mas isso não era suficiente para assegurar a vitória. Daso temia, entre outras coisas, que os votos dos suplentes do PMDB neutralizem essa diferença.

Os suplentes tomam-se importantes nessa votação porque acredita-se que alguns parlamentares indefinidos preferirão ausentar-se. Ainda de acordo com o próprio coordenador do "Centrão", dos 25 suplentes do PMDB, apenas cinco defendem o mandato de cinco anos e, como a escolha de quem deve votar pelos titulares é feita mediante sorteio.

Além da constatação do equilíbrio, representantes dos dois grupos concordam com a interpretação de que a aprovação do mandato de quatro anos tornaria essa decisão irreversível no plenário. Ao contrário, seria mais fácil reverter uma eventual opção da Comissão pelos cinco anos, porque aí entraria a pressão da opinião pública que, majoritariamente, como demonstram pesquisas, reclama eleições no próximo ano. Essa análise é feita, entre outros, pelo próprio Daso Coimbra, pelos senadores Fernando Henrique Cardoso, Carlos Chiarelli e Afonso Camargo e pelo presidente do PT, Luís Inácio Lula da Silva.

Ao lado das pressões feitas pelo Palácio do Planalto (no sentido dos cinco anos) e, em sentido inverso, pelos governadores que já se voltam para os quatro anos, outro dado que pesava nas avaliações de ontem, era a vinculação entre o mandato e o sistema de governo. O senador Fernando Henrique Cardoso entende que aos parlamentaristas é melhor votar pelos quatro anos porque aí o governo ficaria sem condições de reação, "porque não teria força política para agir em duas frentes contra a Constituinte". Por duas frentes, o senador entende a defesa dos cinco anos e do presidencialismo, as propostas sustentadas pelo Planalto.

Ao contrário de Fernando Henrique, um grupo calculado entre 13 a 15 parlamentaristas, ainda não se convenceu de que a derrota do governo na questão do mandato consolidaria a implantação do parlamentarismo. Essa tese é defendida pelos principais líderes do grupo, entre eles o senador José Richa e o próprio relator Bernardo Cabral.

O senador Richa assumiu a articulação em favor de um mandato de quatro anos justamente por achar que uma eventual vitória do Governo na votação poderia provocar uma euforia tão grande, ao ponto de se repetir em plenário, derrotando com isso o parlamentarismo já aprovado pela sistematização.

No início, o grupo parlamentarista era adepto de um mandato de cinco anos. Mas, o fato de Sarney não querer transigir quanto ao sistema de governo, o que não permitiu uma negociação com a Constituinte, fez a maioria dele mudar de posição. Outros o fizeram por razões variadas: Nelson Carneiro, por exemplo, não quer ser taxado de submisso ao Governo e, por isso, só votaria nos cinco anos se Sarney retirasse a ameaça feita aos que votarem em quatro anos.



Os governadores de Pernambuco e da Bahia influenciaram suas bancadas para aprovar os 4 anos

## Arraes e Waldir interferem

Os governadores de Pernambuco, Miguel Arraes, e da Bahia, Waldir Pires, resolveram ontem interferir pessoalmente com o propósito de mudar o voto de membros de suas respectivas bancadas na Comissão de Sistematização, com relação ao mandato do presidente José Sarney, a ser votado hoje. O constituinte Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), que já manifestara publicamente sua opção por cinco anos de mandato, atendeu solicitação do PMDB pernambuco para que renunciasse a seu cargo de titular da Sistematização, em favor do deputado Maurílio Ferreira Lima, partidário dos quatro anos.

Segundo Maurílio, a renúncia e consequente substituição foram formalizadas "em nome de uma unidade partidária na votação em torno dos quatro anos, face à gravidade da situação política nacional". Pernambuco possui seis membros na Comissão de Sistematização:

os deputados Fernando Lyra, Egidio Ferreira Lima, Fernando Bezerra Coelho, Cristina Tavares, Maurílio Ferreira Lima e Nilson Gibson.

Todos fecham pelos quatro anos de mandato para Sarney. A única dúvida que persistia até o final da tarde de ontem era o voto do deputado Nilson Gibson. O deputado chegou ontem da Venezuela, onde esteve como sub-relator no Congresso Interamericano contra o Tráfico de Drogas, e no plenário defendia o mandato presidencial como aquele fixado pela atual Constituinte, ou seja, seis anos. Todavia, Maurílio garantia que Gibson, após reunir-se com toda a bancada pernambucana, à noite, mudaria seu voto para quatro anos.

Na bancada baiana da Sistematização, formada por quatro constituintes — Francisco Pinto, Virgildásio de Sena, Celso Dourado e Mário Lima — havia inclinação ontem de que tudo se

encaminhasse para o voto homogêneo de quatro anos. O governador Waldir Pires ligou ontem para Mário Lima, partidário dos cinco anos, sugerindo que optasse pelos quatro anos. Chico Pinto, anteriormente favorável aos cinco anos, para negociar o parlamentarismo, já decidiu mudar seu voto e garantiu que hoje iria votar pelos quatro anos.

### Substituição

A bancada do PFL na Constituinte decidiu indicar o líder do partido na Câmara, deputado José Lourenço (BA), para substituir o senador Marcondes Gadelha (PB), que segue hoje para Lima, Peru, como integrante de uma delegação brasileira que irá participar da reunião anual do Parlamento Latino-Americano. Gadelha, que é favorável ao mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, garantiu a manutenção de seu voto, já que o líder José Lourenço, é também a favor dos cinco anos.



## Cardoso Alves "ganha" gabinete conservador

Apesar de o sistema parlamentarista ainda não ter sido aprovado em definitivo, um grupo de parlamentares e jornalistas tomou a iniciativa de montar um ministério fictício, conservador com a finalidade de ironizar o deputado Roberto Cardoso Alves, que se auto-intitula "progressista". Cardoso Alves seria o primeiro-ministro.

A lista dos ministros foi entregue a Cardoso Alves — que a recebeu com muito bom humor — pelo deputado "xiita" do PT, José Genoino. "Esta lista é histórica, pois reúne um time imbatível de personas non gratas pelos brasileiros", brincou Genoino. Mas o líder do Centrão retrucou: "Ela é inverossímil, para a composição deste atual parlamento. Mas, garanto que seria muito boa para o País".

Na listagem ressurgem "velhas" autoridades, como os ex-ministros Delfim Netto, indicado para a Fazenda; Roberto Campos (Ciência e Tecnologia) e Abi-Ackel (Minas e Energia). Inova também com nomes como os de Daso Coimbra (porta-voz), Basílio Villani, do Centro Democrático (Gabinete Civil) e Jorge Murad (Irrigação). O médico Carlos Sant'Anna deixa a liderança do Gover-

no e volta para a Previdência, ao passo que o Procurador da República, Saulo Ramos, é promovido a ministro da Justiça, "posto disputado por Armando Falcão, Ricardo Fiúza e Miguel Reale.

Para o Ministério da Cultura, por decisão unânime, ficou o governador Newton Cardoso, de Minas, e a pasta da Educação para Rita Furtado. Foi criada a pasta do Turismo, entregue ao governador José Aparecido, cargo ainda disputado com o secretário Paes de Andrade. O Mirad, também por unanimidade, ficou com Ronaldo Caiado e as Relações Exteriores com José Lourenço. Gabinete Militar ficaria com Newton Cruz, e para a pasta da Indústria e do Comércio, Afif Domingues. Gasthony Righi foi eleito líder no parlamento para "questões de ordem", e o ex-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Ari Campista, ministro do Trabalho. Para as Comunicações, o deputado Luís Eduardo Magalhães, e para o Banco Central, Assava Paim.

Ao final, faltava apenas o Presidente da República. Mas Cardoso Alves não perdeu a linha: "Este terá que ser uma pessoa de personalidade tão forte quanto a minha, e saiu dando risadas.

## Verde-amarelo fará animação do plenário

O plenário da Assembleia Nacional Constituinte vai amanhecer verde e amarelo hoje. São as cores da campanha por um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e eleições diretas em 1988. A frente, duas mulheres: a deputada Raquel Capiberibe (PMDB-AP) e a assessora do senador Mário Covas, Ada Lemos. "Eu estou confiante, mas sei que vai ser uma disputa apertada", preocupa-se Raquel Capiberibe. No cafézinho privativo do plenário, a deputada se encarregava de confeccionar tarjas com as cores nacionais e distribuir cartazes com uma única inscrição — "88" — a serem colocados nas cadeiras dos parlamentares.

O colorido que vai encher o plenário poderá encher também a cabeça dos constituintes. "Eu quero votos de qualidade, como o seu", começava ontem o senador José Richa, na tentativa de convencer o deputado Oscar Correa (PFL-MG) a votar pelos quatro anos. "Os argumentos são fortíssimos", respondia Correia, irredutível. "Eu ainda não desisti", ameaçava Richa, que passou a manhã empenhado na árdua tarefa de mudar votos já definidos.

Indefinidos há pelo menos dez, pelas contas do secretário-geral do PFL, Saulo Queiroz. Dos 24 membros do partido na Comissão de Sistematização, há cinco pelas diretas-já. Outros dois estão sendo trabalhados — Oscar Correa e Mário Assad (MG). O parlamentarista Virgildásio de Sena (PMDB-BA) vê o quadro ainda mais confuso quando aprovarem os quatro anos e candidatos presidencialistas como Leonel Brizola (PDT) e Luís Inácio Lula da Silva (PT) forem para a rua "bater no parlamentarismo, desmoralizando a Constituinte".

"A saída seria um ano de transição com o parlamentarismo, com diretas em 89", defende o também parlamentarista e comunista Fernando Santana (PC-BA). O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) acha que os parlamentaristas definirão o quorum para os quatro ou cinco anos de mandato.